


INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte JB	BRASIL
Data 24/08/2002	Pg AG
Class. 148	

Fazendeiro avisa que expulsará quilombo

Pecuarista do MT enviou carta ao governador e à PM

HUGO MARQUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – Um fazendeiro de Mato Grosso decidiu fazer justiça com as próprias mãos e comunicou ao governador do Estado e ao comando da Polícia Militar. No “comunicado” que enviou ao governador Rogério Salles, dia 20, o pecuarista Ideberto Martins informa que no próximo dia 31 vai expulsar “com os próprios recursos” os ocupantes de sua fazenda, em Nossa Senhora do Livramento. No local foi reconhecida pelo governo federal a existência da comunidade remanescente de quilombo “Mata Cavalo”.

O pecuarista diz em seu comunicado que eventuais “danos” contra os quilombolas serão de responsabilidade do Es-

tado. São duas laudas em papel timbrado da Jatabairu Advocacia. O advogado do fazendeiro, Jatabairu Francisco Nunes, diz que a idéia é “pegar os peões da fazenda para tirar” os quilombolas. “Vai ser perigoso, alguém pode se machucar mesmo”, diz o advogado. “A gente é bem doido aqui. Vamos fazer com as próprias mãos”, afirma Jatabairu. Segundo ele, a Justiça concedeu liminar para desocupar a terra, mas o governo não cumpre. “Já derrubei cinco ou seis barracos lá”, diz Ideberto Martins. Ele confirma ter assinado a carta ao governador e à PM. “Determinei um prazo para tentar solucionar o problema. Uma atitude minha dependerá do momento”, afirma.

Para o professor da Universidade Federal do Mato Gros-

so, José Dominguez de Godói, que estuda conflitos rurais no Estado, o gesto do fazendeiro é um desrespeito aos direitos humanos. “É estarecedor uma carta ao Governo com este teor”, diz ele. Para Godói, problemas como pistolagem e trabalho escravo estão ressurgindo em Mato Grosso por omissão das autoridades.

A comunidade Mata Cavalo é composta por 150 famílias. O local foi reconhecido como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. A Coordenação de Quilombos informou ontem que a desapropriação da fazenda depende de autorização da Presidência da República. O governo do Mato Grosso informou que a solução do problema depende da decisão do governo federal.

hugoma@jb.com.br